

ASPECTOS DO TRÁGICO
NO PORTUGAL CONTEMPORÂNEO
DE OLIVEIRA MARTINS

por
MARIA DE FÁTIMA BORGES

«Nada há de menos latino que um português. Somos muito mais helénicos — capazes, como os Gregos, só de obter a proporção fora da lei, na liberdade, na ânsia, livres da pressão do Estado e da Sociedade. Não é uma blague geográfica o ficarem Lisboa e Atenas quase na mesma latitude»¹. Que não Esparta. Dos Gregos, só, de facto, os atenienses, marítimos e comerciantes, aos portugueses se assemelhariam num tempo de Avis. Depois de Avis foi um perder continuado de bens que providencialmente surgiram e inadvertidamente se esgotaram, como ainda há pouco Angola, desta feita, porém, sem nenhuma esperança iberista ou em ilhas atlânticas com petróleo a haver. Mas esta é outra tragédia que só a história futura poderá contar, mais ou menos dramaticamente, mais ou menos tendenciosamente, como qualquer história que, não deixando de o ser, também é vida nacional que pulsa, recriada e interpretada, com os seus personagens, a sua acção, o seu destino. Tal como a de Oliveira Martins, faz em pouco cem anos.

¹ F. Pessoa, *Sobre Portugal — Introdução ao Problema Nacional*, Ática, Lisboa, 1979, p. 80.

De facto, uma leitura recente do *Portugal Contemporâneo* deixou-nos a impressão de que à volta do povo português toda uma tragédia se desenrolava, grega na estrutura, no espaço vivencial representado, na significância e tratamento das acções e figuras, no objectivo clássico do género, ou melhor, na interpretação hegeliana desse objectivo — reconciliação entre a dissonância temporária da vida e a harmonia eterna que lhe subjaz ou a sobrevoga.

A necessidade de liberdade para obter a proporção que, na opinião de Fernando Pessoa, aproxima o ateniense do português, é, no princípio do século XIX e tal como demonstra Oliveira Martins, irremediavelmente travada por factores externos, que poderão corresponder aos poderes sobre-humanos que limitavam o heleno encarnado nos personagens de Ésquilo e Sócofles e, ao mesmo tempo, por factores intrínsecos, que se poderão pôr em paralelo com as forças já interiores que fazem mover as figuras de Eurípedes.

Mas não é só por isso nem pelo facto de nos ter parecido que Oliveira Martins havia colocado um povo com uma problemática de essência trágica no lugar central que ocupava Díónisos, vítima sacrificial que se comemorava, que o *Portugal Contemporâneo* se nos deixou trespassar de tragédia. É que, simultaneamente com ser historiador, Oliveira Martins é, pode dizer-se, filósofo e poeta. E qualquer tragédia que se escreva, deverá necessariamente ser o resultado de uma infinita perquisição da dor humana que se encontra com o infinito poético em ambos os seus princípios alquímicos. O povo do *Portugal Contemporâneo* é o sofredor das estratégias da política internacional, dos regimes internos que procuraram sempre «dominar a onda da simplicidade ingénuo, das boas esperanças optimistas»² do seu destino, da sua própria índole em que «a violência bruta»³, a «brutalidade cega do génio português,

² O. Martins, *Portugal Contemporâneo*, vol. I, Guimarães Editores, Lisboa, 1977, p. 45.

³ *Id.*, p. 62.

sempre plebeu na sua fúria»⁴, se alia ao sonho messiânico, ainda que o objecto desse sonho designado por «o messias, o salvador, o redentor»⁵ não passe de um tirano, a nova maravilha fatal de uma outra idade. O fim trágico dessa gente ingénua e bruta terá algo a ver com a situação do bode expiatório, na medida em que acaba por sofrer não a primária exterminação física, mas essa espécie de catástrofe ao *ralenti* que com ela se assemelha e a ela acaba por conduzir — a miséria.

A morte de D. João VI e «o cortejo de cadáveres, com que o seu corpo era metido no túmulo, faziam de um crime o intróito da história dos longos crimes da sua sucessão. A *tragedia portuguesa começava*»⁶ (sublinhado nosso) numa atmosfera carregada de indecisões e despropósitos, de pavores e dúvidas, num «vácuo, [n]uma sombra povoada de medos das inevitáveis catástrofes amontoadas e iminentes»⁷ como um destino. É nesse clima histórico, cheio de presságios, que a protagonista do *Portugal Contemporâneo* entra em acção — a CARTA Constitucional. «Os dias passavam enevoados, indecisos e tristes, como na véspera das trovoadas. Com efeito, sentiam-se no ar massas de electricidade política, e de um instante para outro se esperava o fuzilar do primeiro relâmpago»⁸. A cena está pois, preparada para o descomedimento — essa oferta pura e simples de um documento que «ninguém [...] queria, ninguém pedira»⁹ e assim entrava na vida portuguesa, imposto por quem, quer por se ter feito Imperador do Brasil, quer por ideologia, nada deveria impor. Esse documento como «o édito que o estratega acaba de impor a todos os cidadãos»¹⁰,

⁴ *Id.*, p. 133.

⁵ *Id.*, p. 98.

⁶ *Id.*, p. 35.

⁷ *Id.*, p. 34.

⁸ *Id.*, p. 40.

⁹ *Ibid.*

¹⁰ Sócofles, *Antígona, Ajax, Rei Édipo*, Ed. Verbo, Lisboa, s/d.. p. 11.

irá desencadear um processo não de tragédia individual, mas de confrontações partidárias, ele próprio humanizado — «A infeliz CARTA, já violada»¹¹ — causa e efeito, razão e objecto, agora exaltado, logo traído. A CARTA, sempre inteiramente maiusculada, em breve se separa do seu dador e do gesto prepotente que a acompanhara e passa a viajar no texto e na história, dividindo as gentes, exaltando as massas, opondo os ânimos, ditando posições extremas, conduzindo audácias. Uma delas é a de Saldanha, verdadeira *máscara* de uma *faculté maîtresse* — a ambição — à volta da qual funcionam o aventureirismo até certo ponto heróico, a vaidade e a maquinação sonâmbula de um poder ibérico.

Através de Saldanha, Oliveira Martins dá-nos a interpretação de uma época em que a voz militar se sobrepõe à do rei sem que, todavia, os seus ministros se permitam caudilhar por ela, «não deixando que em S. Carlos se tocasse o hino»¹², mas impotentes para evitar que o nome de Saldanha «anda[sse] em todas as bocas»¹³.

Saldanha, o audaz perdulário, «chefe teatral»¹⁴, «actor político»¹⁵, «sujeito a ataques de moleza, a vertigens de abandono, sem inteligência firme, nem rectidão, nem consciência lúcida»¹⁶, ícaro português daquele seu tempo¹⁷, D. Pedro o romântico vaidoso, braço armado do liberalismo, D. Miguel, o marialva beato e bronco, «instrumento das influências dominantes que o cercavam»¹⁸, Palmela, o estrangeirado

¹¹ O. Martins, *Portugal Contemporâneo*, vol. II, Guimarães Editores, Lisboa, 1977, p. 11.

¹² *Id.*, vol. I, p. 41.

¹³ *Ibid.*

¹⁴ *Id.*, vol. II, p. 40.

¹⁵ *Id.*, p. 42.

¹⁶ *Id.*, vol. I, p. 45.

¹⁷ *Id.*, vol. II, p. 39: «Achara-se levado por um ardor de glória nas asas da revolução e não tivera podido medir bem o destino desse voo».

¹⁸ *Id.*, vol. I, p. 71.

astuto, «fumador eterno e indolente»¹⁹, são máscaras por detrás das quais se esconde «um povo fanático, violento, apático, intrigante, vil e fraco»²⁰. Daí a causa essencial da idealidade típica dessas figuras. O povo português aparece na multiplicidade dessas máscaras de heróis combatentes, ao mesmo tempo que se deixa ficar enredado na teia das vontades particulares; manifesta-se pelos seus actos e pelas suas ideias como um indivíduo exposto ao erro e sujeito ao desejo e ao sofrimento. Essas figuras surgem na cena tempestuosa de uma época, agindo primordialmente por si e logo subsidiariamente em relação a um movimento cujo curso se não pode refrear e desaparecem levadas pela força invencível de um destino que não só pesa sobre os acontecimentos como lhes traça o rumo. Essa *moira* não é mais do que a projecção do que é essencial ao povo português. Vem de dentro e, sob a forma de heroísmo, avança sobre as coisas, pretende dominar as situações, sem que um plano para dominá-las fosse previamente estabelecido a frio. E é então que se transforma em força a que já nada resiste e, sem calcular arrasta, sem avaliar destrói, sem saber confunde, até que novo heroísmo desperte e de novo se projecte, repetindo-se o processo desde o princípio. O destino fez os homens grandes; o destino os corroeou ou simplesmente os arrumou. Tal como na tragédia grega, estes homens são vencidos pela fatalidade, não obstante a sua vontade, a sua força ou a sua revolta: «Como é desoladora, melancólica, a história fúnebre de todos estes homens que a desesperança ou a fraqueza atiram como farrapos, sucessivamente, para o lixo das gerações»²¹.

Oliveira Martins tem a consciência desse desastre iminente e inevitável, sem contudo pôr de parte uma esperança de conserto. Todavia, essa esperança só é referida mais expli-

¹⁹ *Id.*, p. 119.

²⁰ *Id.*, p. 84.

²¹ *Id.*, vol. II, p. 41.

tamente no prefácio à 3.^a edição do *Portugal Contemporâneo*. Dentro da obra a sua voz eleva-se à maneira de coro grego. Conhecedor dos acontecimentos catastróficos posteriores ao que narra, comenta o presente narrado com o distanciamento pessimista de quem, clarivamente, ajuiza e pressagia, em intromissões frequentes, a começar pela espécie de *párodo* que constitui as suas reflexões sobre a morte de D. João VI: «Se D. João VI morreu ou não envenenado nem se sabe nem importa. O que vale é o facto da opinião geral sobre o caso; e essa opinião acreditava em crime. Os vômitos e delíquos do imperador-rei, o cortejo de cadáveres com que o seu corpo era metido no túmulo, faziam de um crime o intróito da história dos longos crimes da sua sucessão. A tragédia portuguesa começava, e o travo da peçonha acirrava os ânimos prontos para um combate inevitável»²², logo seguida de vários *estásimos* em que a mesma voz, desdobrando-se, emite a estrofe, a antístrofe:

«Podia sossegar? Não podia. Podia enfileirar-se ao lado dos hábeis, sob o comando de Palmela, ele que era simples na sua audácia aventureira? Não podia. Em vez de cálculos, ferviam-lhe quimeras na cabeça; em vez de astúcias, heroísmos; em vez de perfídias, abnegações»²³ e finalmente o coro: «Ainda se não sabia que esse herói simples, homem de outros tempos, podia ser, nos de agora, um instrumento útil como soldado, embora ficasse pesado pelos regalos e mimos com que era indispensável servir-lhe a vaidade e a bolsa aberta a todos»²⁴, ou mais adiante: «Pois não era evidentemente melhor aproveitar do inglês que nos dava o que lhe pedíamos? Era dinheiro que vinha para cá. Tínhamo-lo? Não. Custava muito caro? Deixá-lo custar. [...] Quem perdia? O País? Não; o inglês»²⁵; e logo o coro: «Carvalho, que assim pensava, não

²² *Id.*, vol. I, p. 35.

²³ *Id.*, p. 47.

²⁴ *Id.* p. 49.

²⁵ *Id.*, vol. II, p. 30.

deixava de ter razão; mas a hipocrisia política impedia-lhe que o dissesse. Daí provinha o ser batido pelas sonoras palavras dos adversários. Como os factos, porém, o vingaram!»²⁶.

É através de passagens como estas, tão comparáveis às que surgem nas tragédias gregas:

«2.^a metade do coro — Somos nós, os do vosso grupo; nós os que tripulamos a mesma nave.

1.^a metade do coro — E então?

2.^a metade do coro — Exploramos todo o flanco ocidental da frota ...

1.^a metade do coro — E que achastes?

2.^a metade do coro — Uma boa dose de cansaço para o corpo e nada para os olhos.

1.^a metade do coro — Tão-pouco pelos caminhos expostos aos raios do Sol vimos aparecer esse homem.

Coro — Atendei! Talvez alguns pescadores, que na fatigante pesca, passam a noite des-pertos, ou alguns dos deuses do Olimpo, ou qualquer de entre os rios que vão dar ao Bósforo; talvez que algum tenha visto Ajax, no seu teimoso vai-vem [...]»²⁷

é através de passagens como estas, dizíamos (a transcrição de todas elas só um excesso de zelo justificaria), que Oliveira Martins adianta as suas intuições, desenvolve a sua filosofia ou visiona espectacularmente certas situações: «Ao som do tambor os veremos embarcar, e entrar no Porto, e combater essa guerra curiosa por tantos títulos. Agora cumpre-nos ouvir o rufar do tambor de Palmela, Cândido José Xavier, sobre as costas dos *canalhas* de Plymouth ... réu, catapléo ... para o

²⁶ *Ibid.*

²⁷ Sófocles, *Antígona, Ajax, Rei Édipo*, Ed. Verbo, Lisboa, s/d., p. 91.

²⁸ O. Martins, *ob. cit.*, vol. I, p. 154.

Brasil»²⁸. O espectacular também tem o seu lugar no *Portugal Contemporâneo*, onde as virtualidades filmicas emergem, pedindo uma câmara sabiamente prescrutadora de efeitos: «O padre ia desenrolando os períodos pomposos da sua oração quando estalou uma trovoadas medonha. Ribombavam os trovões, mais fortes do que a voz do frade, e o chispar dos relâmpagos cegava, no âmbito da igreja alumiada pelas luzes dos altares [...]. Estalou um trovão iminente: parecia que a igreja desabava, e todo o cadafalso de obras levantado para uma Babel, se despenhava, chocando-se, partindo-se, numa série de estampidos secos. Houve um imenso ai na basílica: um raio caíra no zimbório, outro sobre a nau *D. João VI* que estava no Teja caduca e solitária, sombra vacilante de um passado extinto»²⁹. A tempestade, o interior, o exterior, o presente e o passado se misturam, permitindo, através dela, extrapolar para essa outra tempestade política e social que se levantava, e pelo que a nau, agora caduca, implicitamente simboliza, recuar vertiginosamente ao rei que, expressamente é também o símbolo do que dera origem.

As situações e os actos servem os sentimentos e as ideias, demonstram o cepticismo de Oliveira Martins em relação às instituições políticas e ao povo, arrastado pelos interesses dos seus chefes e pelas revoluções empreendidas e perdidas. Oliveira Martins, tal como Eurípedes nas *Bacantes*, é a testemunha de uma época em que a sociedade em transição arrasta intelectuais e povo para o caminho de uma filosofia nova que pretende destruir as antigas crenças. «Que ideias eram essas? Eram as da soberania do Indivíduo, da negação formal da negação da autoridade, as da Anarquia»³⁰. É certo que todas as fórmulas aceites são postas em causa, mas não é menos certo que as mais recentes também o são: «De um lado vemos

²⁹ *Id.*, p. 195.

³⁰ *Id.*, p. 368.

o caruncho das velhas instituições»³¹ mas de outro «vamos assistir à moderna escolástica liberal, oca de pensamento, inchada de fórmulas vãs»³², resultando num «cepticismo utilitário e chato»³³. Ainda como Eurípedes, Oliveira Martins anuncia a decadência. Todavia, essa decadência não será mais do que um episódio necessário na grande tragédia da história portuguesa, porque «as ilusões, os próprios erros, os crimes, as coisas mais indignas ou mais horríveis, quando as olhamos moral ou esteticamente, aparecem-nos necessárias quando as vemos relacionadas no encadeamento fatal das causas e efeitos»³⁴. As desgraças estão no seu lugar e se, enquanto drásticas, nos arrepiam, pelo facto de as sentirmos necessárias e certas nos confortam. O relatá-las e o revivê-las levam à catarse do *Portugal Contemporâneo*, ou seja, ao pensamento de que a vida, no fundo das coisas e apesar da diversidade por vezes catastrófica, por vezes funambulesca das aparências, permanece imutável, como que contemplando os deuses: «É ocioso perguntarmo-nos se a revolução de 34 foi boa ou má, porque na ordem dos movimentos históricos não há para o filósofo bondade nem maldade»³⁵, certo ou errado. Para Oliveira Martins, a ordem essencial transparece dos movimentos históricos, das situações concretas, dos heróis circunstanciais que meteoricamente atravessam o espaço político-económico-social e que, com maior ou menor veemência, desempenham o seu papel como actores numa cena temporal.

O *Portugal Contemporâneo* exprime a nostalgia daquilo que António José Saraiva considera ser o «mundo inteligível e absoluto»³⁶, ou então, de modo menos especificamente pla-

³¹ *Ibid.*

³² *Ibid.*

³³ *Id.*, p. 370.

³⁴ *Id.*, p. 375.

³⁵ *Ibid.*

³⁶ A. José Saraiva, *Para a História da Cultura em Portugal*, vol. I, Europa-América, Lisboa, 1972, p. 214.

tónico, de uma liberdade total, de uma antiquíssima região de desapego e verdade em que nada tivesse ainda acontecido, mas pronta para o advento de um liberalismo «com a Igualdade por critério e a Evolução por norma»³⁷. E aqui reside outro conflito trágico da obra. É que a realização dessa vontade levaria à aniquilação da história com ou sem liberalismo. De facto, essa região imutável de desapego está fora do tempo e das opções, e o liberalismo, tal como o concebe Oliveira Martins, só poderia existir dentro da história, continuando a obstinar-se contra ela, mas disso retirando a razão da sua vida; perpetuando, em suma, o confronto do apolíneo e do dionisiaco.

Portugal Contemporâneo, como «*O Frei Luís de Sousa* [,] é a tragédia portuguesa [...]. O fatalismo e a candura, a energia e a gravidade, a tristeza e a submissão do génio nacional, estão ali»³⁸. Oliveira Martins, como «Garrett [...] sentiu o palpitar das entranhas portuguesas. Que ouviu? Um choro de aflições tristes, uma resignação heroicamente passiva, uma esperança vaga»³⁹.

Saídos da cena os actores (não há dúvida de que os de mais alto coturno em relação ao liberalismo são Mousinho e Herculano), todos levados «pelos ventos do destino»⁴⁰, *acta est fabula*, e nada mais resta ao país senão ver partir os minhotos e chegar os brasileiros⁴¹, num clima de dúvida, que as perguntas e respostas de Oliveira Martins tornam mais acentuada e mais patética.

Ribeira Grande, Junho de 1980.

³⁷ O. Martins, *ob. cit.*, vol. I, p. 372.

³⁸ *Id.*, vol. II, p. 115.

³⁹ *Ibid.*

⁴⁰ A. José Saraiva, *ob. cit.*, p. 211.

⁴¹ Cf. O. Martins, *ob. cit.*, vol. II, p. 340.